

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Concurso Público

Aplicação: 29/9/2007

**Cargo: Analista de Controle Externo
(Todas as áreas)**

Caderno A

Prova Objetiva P₁
Prova Discursiva P₂

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — Caderno A — coincide com o que está registrado em sua folha de resposta. Em seguida, verifique se ele contém CEM itens, correspondentes à prova objetiva de conhecimentos básicos (P₁), corretamente ordenados de 1 a 100, seguidos da prova discursiva de conhecimentos básicos (P₂) acompanhada de espaços para rascunho.
- 2 Os espaços para rascunho são de uso opcional; não contarão, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso, cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₂ — CONHECIMENTOS BÁSICOS.
- 9 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I 2/10/2007, após as 19 h (horário de Brasília) — Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- II 3 a 5/10/2007 — Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso. Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 22/10/2007 — Resultados finais das provas objetivas e provisórios das provas discursivas: Diário Oficial da União e Internet.
- IV 23 a 25/10/2007 — Recursos (provas discursivas): em locais e horários que serão informados na divulgação dos resultados provisórios.
- V 9/11/2007 — Resultados finais das provas discursivas e convocação para a segunda etapa do concurso: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 12 do Edital n.º 1 — TCU — ACE/TCE, de 20/7/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61-3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/tcu2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 100 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS BÁSICOS (P₁)

Desenvolvimento, ambiente e saúde

1 No documento Nosso Futuro Comum, preparado,
em 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e
Desenvolvimento das Nações Unidas, ficou estabelecido,
4 pela primeira vez, novo enfoque global da problemática
ecológica, isto é, o das inter-relações entre as dimensões
físicas, econômicas, políticas e socioculturais. Desde então,
7 vêm se impondo, entre especialistas ou não, a compreensão
sistêmica do ecossistema hipercomplexo em que vivemos e
a necessidade de uma mudança nos comportamentos
10 predatórios e irresponsáveis, individuais e coletivos, a fim de
permitir um desenvolvimento sustentável, capaz de atender
às necessidades do presente, sem comprometer a vida futura
13 sobre a Terra.

O desenvolvimento, como processo de incorporação
sistemática de conhecimentos, técnicas e recursos na
16 construção do crescimento qualitativo e quantitativo das
sociedades organizadas, tem sido reconhecido como
ferramenta eficaz para a obtenção de uma vida melhor e mais
19 duradoura. No entanto, esse desenvolvimento pode conspirar
contra o objetivo comum, quando se baseia em valores,
premissas e processos que interferem negativamente nos
22 ecossistemas e, em consequência, na saúde individual e
coletiva.

Paulo Marchiori Buss. *Ética e ambiente.*
In: *Desafios éticos*, p. 70-1 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, a respeito da organização das idéias e das estruturas lingüísticas do texto acima.

- 1 Preservam-se a correção gramatical e a coerência do texto ao substituir-se a expressão “isto é” (l.5), bem como as vírgulas que a demarcam, pelo sinal de dois pontos.
- 2 A retirada do acento circunflexo na forma verbal “vêm” (l.7) provoca incorreção gramatical no texto porque o sujeito a que essa forma verbal se refere tem dois núcleos: “compreensão” (l.7) e “necessidade” (l.9).
- 3 A expressão “Desde então” (l.6), com valor temporal, remete ao surgimento do documento “Nosso Futuro Comum” (l.1).
- 4 Depreende-se da argumentação do texto que, na linha 10, o sentido da palavra “predatórios” corresponde a “individuais”, e o de “irresponsáveis”, a “coletivos”.
- 5 O emprego do sinal indicativo de crase em “às necessidades” (l.12) é obrigatório; a omissão desse sinal provocaria erro gramatical por desprezitar as regras de regência estabelecidas pelo padrão culto da linguagem.
- 6 A retirada da palavra “como” (l.14) não provocaria incorreção gramatical, mas alteraria a coerência da argumentação do texto, pois a sua utilização indica que “O desenvolvimento” (l.14) poderia ter outros sentidos que não o explicitado pelo aposto.

- 7 Depreende-se do último período do texto que a saúde, individual e coletiva, está diretamente relacionada aos ecossistemas que constituem valores, premissas e processos de um desenvolvimento sustentável.
- 8 Para que o texto seja adequado, quanto à clareza e objetividade, para compor um documento oficial — como, por exemplo, um parecer ou um relatório — será necessário explicitar a que desenvolvimento se refere a expressão “esse desenvolvimento” (l.19).

1 Berço da civilização ocidental, o mar Mediterrâneo
banha 21 países e abriga praias e enseadas paradisíacas que
atraem nada menos que 200 milhões de turistas por ano.
4 Pesquisa recente mostra que ele é o mais poluído dos mares
do planeta. A cada ano, suas águas recebem: 9 milhões de
7 toneladas de resíduos industriais e domésticos não tratados,
60% produzidos por França, Itália e Espanha; 15 milhões de
toneladas de detritos produzidos por 200 milhões de turistas
que visitam suas praias; 600.000 toneladas de petróleo
10 derramadas por navios durante o movimento de carga e
descarga e 30.000 toneladas perdidas em acidentes; redes de
pesca e embalagens plásticas, responsáveis pela morte de
13 50.000 focas que confundem esses objetos com alimentos.

Veja, 1.º/8/2007, p.116-7 (com adaptações).

Acerca das estruturas lingüísticas do texto acima e da organização de suas idéias, julgue os itens subseqüentes, considerando, ainda, aspectos relativos à questão ambiental no mundo contemporâneo.

- 9 Depreende-se da argumentação do texto que, se o Mar Mediterrâneo não fosse o “Berço da civilização ocidental” (l.1), seus níveis de poluição não seriam tão altos.
- 10 Nas linhas 7, 9 e 11, a substituição dos sinais de ponto-e-vírgula por vírgula preservaria a correção gramatical e a clareza do texto, mesmo que esse texto fizesse parte de um documento oficial.
- 11 O desenvolvimento da argumentação do texto mostra que seriam mantidas a correção gramatical e a coerência textual se o termo “derramadas” (l.10) fosse substituído por **derramado**.
- 12 Nas últimas décadas, tem-se ampliado a consciência mundial em torno da imperiosa necessidade de se proteger a vida no planeta, processo que envolve, com intensidade variada, Estados, organizações não-governamentais, setores diversos da sociedade e organismos multilaterais.
- 13 A produção descontrolada de lixo nas indústrias e nas residências acabou por se transformar em um dos fatores responsáveis pela degradação ambiental, fenômeno grave que, até o momento, se circunscreve às regiões mais urbanizadas do hemisfério sul.
- 14 O risco de acidentes ambientais causados pelo petróleo tende a desaparecer rapidamente, já que essa fonte de energia perdeu a posição de centralidade que detinha no processo produtivo, tendo sido substituída por outras consideradas mais limpas, como os biocombustíveis.

1 **Veja** — Dez anos não é tempo curto demais para mudanças capazes de afetar o clima em escala global?

Al Gore — Não precisamos fazer tudo em dez anos.

4 De qualquer forma, seria impossível. A questão é outra. De acordo com muitos cientistas, se nada for feito, em dez anos já não teremos mais como reverter o processo de degradação da Terra. Os estudos mostram que é necessário iniciar imediatamente uma forte redução na emissão de gases poluentes. O primeiro objetivo seria estabilizar a quantidade de poluentes na atmosfera. E, então, quem sabe, depois de cinco anos, começar a reduzir o montante de CO₂ no planeta.

Veja, 11/10/2006 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas linguísticas do texto acima, que é parte de uma entrevista de Al Gore à Revista **Veja**, julgue os seguintes itens.

- 15 Da resposta de Al Gore subentende-se que as “mudanças” mencionadas na pergunta referem-se a mudanças positivas que visam reverter o processo de degradação da Terra.
- 16 O pronome **isso** poderia ser inserido imediatamente antes de “seria impossível” (l.4). Nesse caso, o pronome retomaria a idéia expressa em “fazer tudo em dez anos” (l.3).
- 17 O emprego do futuro-do-presente do indicativo em “teremos” (l.6) indica que a preposição “em” (l.5), que precede “dez anos” (l.5), tem o sentido de **daqui a**.
- 18 A substituição de “que” (l.7) por **os quais** preserva a coerência e a correção gramatical do texto.
- 19 Preserva-se a correção gramatical ao se retirar a expressão “iniciar imediatamente” (l.7-8) do texto, embora seja suprimida a idéia de início imediato.
- 20 Subentende-se da argumentação do texto que “começar a reduzir o montante de CO₂ no planeta” (l.11) pode ser considerado como segundo objetivo da redução na emissão de gases poluentes.

1 Há dez anos, um terremoto financeiro atingiu a Ásia, com rescaldo na América Latina. A crise de 1997, depois de atingir a Tailândia, rapidamente se espalhou pela Indonésia, Malásia, pelas Filipinas e pela Coreia do Sul, para se replicar na Rússia, na Argentina e no Brasil em 1998. Uma década depois do fatídico ano de 1997, o mundo assiste ao novo reinado da Ásia. Liderada por China e Índia, a região exibe, na média, taxas de crescimento superiores a 7%.

10 A despeito das recentes turbulências, a Tailândia, primeira vítima da crise asiática, mostra índices melhores do que então. Houve um golpe militar, em setembro de 2006, quando foi deposto o primeiro-ministro acusado de corrupção e malversação de dinheiro. Aos poucos, volta a confiança dos investidores no país, governado por um conselho de segurança nacional provisório, com eleições previstas para o fim do ano.

Carta Capital, 1.º/8/2007, p. 12 (com adaptações).

Com referência às idéias e às estruturas linguísticas do texto acima, e considerando o atual cenário econômico-financeiro mundial, julgue os itens de **21 a 29**.

- 21 Preservam-se a correção gramatical e a coerência textual, com a vantagem de reforçar o período de tempo envolvido, ao se inserir o advérbio **atrás** depois de “dez anos” (l.1).
- 22 A substituição da vírgula depois de “Índia” (l.7) pela conjunção **e** preserva a coerência e a correção gramatical do texto.
- 23 Na linha 10, a informação que se inicia com “A despeito das recentes turbulências” constitui, no texto, uma concessão ao argumento que se inicia por “a Tailândia”.
- 24 Mantêm-se a coerência textual e a correção gramatical ao se transformar o aposto final do texto em uma oração desenvolvida: cujas eleições são previstas para o fim de ano.
- 25 Embora assimétrico, condição que amplia o quadro de desigualdade entre países e regiões, o avanço da globalização trouxe como resultado positivo a eliminação dos fatores que impeliam a economia capitalista a passar por crises cíclicas, das quais a de 1929 foi o símbolo maior.
- 26 Desde os anos 80 do século XX, a China apresenta crescentes índices de crescimento econômico, fenômeno que modifica as condições de vida de parcelas significativas de sua gigantesca população e amplia a presença do país no mercado mundial.
- 27 No atual estágio da economia mundial, os avanços tecnológicos e as facilidades de comunicação deles decorrentes propiciam a rápida circulação tanto das mercadorias quanto de capitais.
- 28 País classificado como emergente, com grande potencial de crescimento econômico, a Índia padece sob regime político autoritário, sem ter conhecido experiência democrática desde a independência, o que dificulta sua inserção na economia globalizada de hoje.
- 29 Mencionados no texto, os chamados Tigres Asiáticos também têm em comum a decisão estratégica de investir maciçamente na educação, fato que analistas consideram essencial para os bons resultados econômicos por eles obtidos.

1 O 29 de julho de 2007 será lembrado como o dia em que os iraquianos usaram suas armas para comemorar. Após mais de quatro anos vivendo em meio ao caos sob a malsucedida ocupação norte-americana, eles tiveram finalmente um dia de alegria. Em todos os cantos do Iraque, a população festejou a histórica vitória de sua seleção na final da Copa da Ásia de futebol — com receita brasileira do técnico Jorvan Vieira, que comemorou como “do Brasil” a vitória por 1 a 0 sobre a Arábia Saudita, comandada por Hélio dos Anjos, outro brasileiro.

Correio Braziliense, 30/7/2007, p. 18 (com adaptações).

A respeito das idéias e das estruturas do texto acima e também considerando aspectos da geopolítica do mundo nos dias atuais, julgue os itens de **30 a 36**.

- 30 O emprego do artigo determinando a expressão “29 de julho de 2007” (l.1) desrespeita as regras gramaticais da norma culta a ser usada em documentos oficiais; por isso, se a informação da primeira linha do texto for usada em um documento oficial, o artigo deve ser omitido.

- 31** O desenvolvimento das idéias do texto mostra que “sua” (ℓ.6) refere-se a “Iraque” (ℓ.5).
- 32** Se a data constante do texto fosse usada para integrar uma ata, deveria ser assim escrita: O vinte e nove de julho de dois mil e sete.
- 33** A coalizão militar comandada pelos Estados Unidos da América logrou invadir o Iraque e depor Saddam Hussein, mas não conseguiu se impor plenamente no país, que vive sob permanente tensão e é alvo de constantes ataques terroristas.
- 34** Mais que mera disputa esportiva, o futebol incorporou-se profundamente à cultura popular no mundo contemporâneo e desperta paixões que, em determinadas formas de competição, como as Copas do Mundo e as copas continentais, evidenciam nítidas conotações nacionalistas.
- 35** Depreende-se do texto que, em se tratando de futebol, o Brasil continua sendo o grande celeiro exportador de craques para o futebol mundial, graças aos quais a seleção iraquiana conseguiu conquistar a Copa da Ásia.
- 36** Ao focalizar a vitória de um país dilacerado pela ocupação militar externa e pela guerra civil, o texto reitera a singular presença do futebol no mundo contemporâneo: ao contrário do que ocorre em quase todas as atividades, o futebol mantém-se à margem do mundo dos negócios e da sociedade do espetáculo que hoje prevalecem.

Acerca dos sistemas de controle externo e do controle externo no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 37** O sistema de controle externo, na maioria dos países signatários, é levado a termo ou pelas cortes de contas ou pelas auditorias-gerais. As principais características do sistema de tribunal de contas são as decisões colegiadas e o poder sancionatório. No Brasil, bem como nos demais países que adotam esse sistema, os tribunais de contas, quanto à sua organização, encontram-se ligados à estrutura do Poder Legislativo.
- 38** A relevância do controle externo no Brasil não se restringe aos aspectos concernentes à eficiente gestão das finanças ou à adequada gerência administrativa do setor público. Envolve também o equilíbrio entre os poderes na organização do Estado democrático de direito.

Julgue os itens seguintes, acerca das regras constitucionais sobre o controle externo.

- 39** O Tribunal de Contas da União (TCU) aprecia a legalidade do ato concessivo de aposentadoria e, encontrando-se este em conformidade com a lei, procede a seu registro. Essa apreciação é competência exclusiva do TCU e visa ordenar o registro do ato, o que torna definitiva a aposentadoria, nos termos da lei. Entretanto, se, na apreciação do ato, detectar-se ilegalidade, não compete ao TCU cancelar o pagamento da aposentadoria, inclusive para respeitar o princípio da segregação.

- 40** De acordo com a Constituição Federal, o controle externo é competência do Congresso Nacional, responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional da administração indireta, bem como por fiscalizar, por intermédio do TCU, a prestação de contas das pessoas ou empresas que não pertençam à administração pública.
- 41** Considere que o TCU, ao proceder a fiscalização da construção de uma rodovia federal, verifique ilegalidade, sobrepreço da obra, bem como pendências de implementação de medidas anteriores, por ele determinadas. Nesse caso, o TCU deverá sustar a execução do ato impugnado e comunicar a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- 42** Todas as manifestações das cortes de contas têm valor e força coercitiva, entretanto, só os acórdãos condenatórios têm eficácia de título executivo, ou seja, unicamente os processos de contas, abrangendo tanto as contas anuais quanto as contas especiais, podem ser julgados, ensejando a constituição de título executivo e podem ter como efeito a produção de coisa julgada.
- 43** A função judicante é expressa quando o TCU exerce a sua competência infraconstitucional de julgar as contas de gestão dos administradores públicos. Entretanto, no tocante às prestações de contas apresentadas pelo governo federal, compete ao TCU apenas apreciá-las e emitir parecer prévio, já que compete ao Congresso Nacional julgá-las, com base na emissão do parecer emitido pela comissão mista permanente de senadores e deputados.

Considerando as normas que norteiam os tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- 44** Considere a seguinte situação hipotética.
- Empresa responsável pela construção de um gasoduto entre a Bolívia e o Brasil, em seu processo de prestação de contas, relativas ao exercício de 2002, teve acórdão proferido pelo TCU, que julgou as contas regulares com ressalvas, dando quitação aos responsáveis. Da decisão definitiva, por comportar recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, o Ministério Público junto ao TCU pretende recorrer, por entender ser caso de contas julgadas irregulares.
- Nessa situação, compete ao procurador interpor o recurso, para que outro colegiado aprecie a decisão recorrida, negando-lhe ou não provimento.
- 45** Compete ao TCU, de acordo com lei complementar, o cálculo das quotas referentes ao fundo de participação dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios, no tocante aos produtos da arrecadação dos impostos sobre rendas e proventos de qualquer natureza, bem como a fiscalização do repasse desses recursos aos entes supracitados.

46 Nas sessões do TCU, o Ministério Público só é obrigado a manifestar-se nos processos de tomada ou prestação de contas, nos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, bem como nos incidentes de uniformização de jurisprudência e nos recursos.

47 Considere a seguinte situação hipotética.

No processo de fiscalização para apuração da denúncia de desvio de recursos da União repassados à prefeitura do município X para a elaboração de cartilha contra o uso de drogas, constatou-se que a prefeitura antecipou o pagamento à empresa contratada sem que tivesse havido a execução do serviço. O TCU determinou a conversão da fiscalização em tomada de contas especial e citou os responsáveis, que alegaram defesa sem recolher o débito. O TCU não acatou a defesa, nem reconheceu boa-fé e julgou as contas do convênio irregulares pelo fato de ter havido prática de ato de gestão ilegal, que causou danos ao erário.

Nessa situação, o TCU deverá responsabilizar solidariamente o agente público e o terceiro que concorreu com o cometimento do dano, podendo aplicar multa de até 100% do valor atualizado do dano causado ao erário, e, mesmo que haja o pagamento integral do débito e(ou) da multa, persistirá o julgamento quanto à irregularidade das contas.

48 O regimento interno do TCU define cinco instrumentos de fiscalização: levantamento, auditoria, inspeção, acompanhamento e monitoramento; a fiscalização poderá ser exercida por iniciativa do próprio TCU ou atendendo a solicitação do Congresso Nacional, por qualquer de suas casas ou respectivas comissões. Diante desses dados e das disposições gerais sobre a fiscalização de atos e contratos, considere que o Congresso Nacional tenha solicitado ao TCU inteirar-se sobre os procedimentos a serem adotados para apurar a responsabilidade sobre a quebra de sigilo bancário de determinado cidadão, por funcionário de empresa pública federal. Nessa situação, não compete ao TCU a fiscalização de atos administrativos que não resultem em receitas ou despesas, podendo, nesse caso, o relator determinar o arquivamento do processo.

Tendo em vista a aplicação dos diversos critérios de classificação das constituições ao modelo brasileiro de 1988, julgue os itens a seguir.

49 A Constituição Federal de 1988 (CF) é considerada pela maior parte da doutrina constitucionalista como uma constituição rígida. Há, no entanto, visão que — atentando para o fato de a CF ter um núcleo imutável, que não se submete a modificações nem mesmo por emenda — a classifica como super-rígida.

50 Por expressar apenas as regras básicas de organização do Estado e os preceitos referentes aos direitos fundamentais, a CF é considerada como uma constituição analítica.

51 Quanto à forma, a CF é uma constituição escrita, pois se acha consolidada em usos e costumes, convenções e textos esparsos, bem como na jurisprudência formada sobre os temas constitucionais.

A respeito do poder constituinte de reforma, julgue os itens subseqüentes.

52 O poder de reforma inclui tanto o poder de emenda como o poder de revisão do texto constitucional.

53 O poder de reforma é criado pelo poder constituinte originário e se confunde com ele ao estabelecer o procedimento a ser seguido para as alterações constitucionais e as limitações a serem observadas.

54 O poder de reforma recebe, doutrinariamente, as mais diferentes denominações, sendo seus sinônimos as expressões poder constituinte derivado ou poder constituinte de segundo grau.

55 No Brasil, o poder de emendar a Constituição só se concretiza quando a proposta de emenda reúne, entre outros requisitos, o voto favorável de três quintos dos membros de cada casa do Congresso Nacional e em dois turnos de votação em cada uma delas.

Como no Estado Federal há mais de uma ordem jurídica incidente sobre um mesmo território e sobre as mesmas pessoas, impõe-se a adoção de mecanismo que favoreça a eficácia da ação estatal, evitando conflitos e desperdício de esforços e recursos. A repartição de competências entre as esferas do federalismo é o instrumento concebido para esse fim.

Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2007.

Julgue os próximos itens, acerca da repartição de competências e da organização do Estado brasileiro.

56 Ao lado da repartição de competências, que consiste na atribuição, pela Constituição Federal, a cada ente federado, de uma matéria que lhe seja própria, há a repartição de rendas, cujo objetivo é assegurar a autonomia dos entes federados.

57 Com relação à repartição de competências administrativas entre a União e os estados-membros, adotou-se a técnica da competência remanescente, segundo a qual aos estados-membros são reservadas as competências que não sejam da União e do DF. Quanto às competências dos municípios, essas são comuns a estes e aos estados-membros.

58 Em matéria legislativa, a repartição de competência chamada remanescente ou reservada dos estados corresponde àquela em que a competência estadual é decorrente da delegação pela União, por meio de lei complementar.

Julgue os itens que seguem, relativos a medidas provisórias (MPs).

- 59** As MPs produzem, ao serem editadas, pelo menos dois efeitos: o efeito inovador da ordem jurídica e o efeito provocador do Congresso Nacional para que este delibere sobre o assunto.
- 60** É possível regular por MP matéria que a Constituição reserva à iniciativa legislativa exclusiva dos Poderes Legislativo ou Judiciário ou mesmo a outros órgãos como o Ministério Público e o tribunal de contas, pois não há, quanto a isso, vedação constitucional explícita.
- 61** Um conceito válido de MP é aquele que a entende como um ato normativo primário, sob condição resolutiva, de caráter excepcional no quadro da separação dos poderes.
- 62** O Poder Judiciário não detém competência para exercer crítica sobre o juízo de existência dos pressupostos da MP, pois eles são discricionários.

Com referência ao Sistema Tributário Nacional e aos princípios da ordem orçamentária, julgue os itens a seguir.

- 63** O princípio da estrita legalidade tributária deriva do princípio da legalidade, em sentido amplo, e atende ao postulado da segurança jurídica.
- 64** O princípio da legalidade orçamentária é uma projeção do princípio da legalidade visto sob a sua feição genérica e postula que o ordenador de despesas só pode fazer aquilo que a lei orçamentária permite.
- 65** O princípio da unidade orçamentária, mais recentemente, foi relativamente esvaziado, passando-se a admitir a existência de orçamentos setoriais, que, afinal, podem ser consolidados em um único documento que permita a visão geral do conjunto das finanças públicas. Diante de tal mudança, hoje já é possível falar-se em um princípio da totalidade.
- 66** O princípio do não-confisco, em matéria tributária, permite que sejam expropriados os bens utilizados na produção ou no tráfico de entorpecentes e drogas afins.
- 67** De acordo com o princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas públicas devem constar da lei orçamentária, de forma a possibilitar que nela se incluam apenas saldos positivos ou negativos resultantes do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.
- 68** O princípio do equilíbrio orçamentário permanece, no Brasil, como norma de hierarquia constitucional.

Acerca dos princípios constitucionais que informam o direito administrativo, julgue os próximos itens.

- 69** A probidade administrativa é um aspecto da moralidade administrativa que recebeu da Constituição Federal brasileira um tratamento próprio.
- 70** A declaração de sigilo dos atos administrativos, sob a invocação do argumento da segurança nacional, é privilégio indevido para a prática de um ato administrativo, pois o princípio da publicidade administrativa exige a transparência absoluta dos atos, para possibilitar o seu controle de legalidade.
- 71** A administração pública responde civilmente pela inércia em atender uma situação que exige a sua presença para evitar uma ocorrência danosa. Exemplo disso é a situação em que há demora do Estado em colocar um pára-raios em uma escola localizada em área com grande incidência de raios, o que leva a uma catástrofe, ao serem as crianças atingidas por um relâmpago em dia chuvoso. Nesse caso, o princípio da eficiência, que exige da administração rapidez, perfeição e rendimento, deve incidir no processo de responsabilização do gestor público.
- 72** O atendimento do administrado em consideração ao seu prestígio social angariado junto à comunidade em que vive não ofende o princípio da impessoalidade da administração pública.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos atos administrativos.

- 73** Os atos praticados pelo Poder Legislativo e pelo Poder Judiciário devem sempre ser atribuídos à sua função típica, razão pela qual tais poderes não praticam atos administrativos.
- 74** São exemplos de atos administrativos relacionados com a vida funcional de servidores públicos a nomeação e a exoneração. Já os atos praticados pelos concessionários e permissionários do serviço público não podem ser alçados à categoria de atos administrativos.
- 75** O ato administrativo não surge espontaneamente e por conta própria. Ele precisa de um executor, o agente público competente, que recebe da lei o devido dever-poder para o desempenho de suas funções.

Julgue os itens que se seguem, relativos a licitações públicas.

- 76** O critério de julgamento aplicável a uma licitação vincula-se ao tipo de licitação. Os tipos de licitação aplicáveis a todas as modalidades de licitação são os de menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta.
- 77** A modalidade de licitação denominada pregão pode ser utilizada para a aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns.
- 78** A adjudicação compulsória ao vencedor da licitação corresponde à celebração do contrato.
- 79** A inexigibilidade de licitação ocorre sempre que houver impossibilidade jurídica de competição, enquanto a dispensa de licitação tem lugar em contexto de viabilidade jurídica de competição.
- 80** A União, em suas contratações públicas, não pode conceder tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, pois tal comportamento violaria o princípio da isonomia entre os licitantes.

No Brasil, segundo entendimento doutrinário dominante, a atividade em si não permite decidirmos se um serviço é ou não público, uma vez que há atividades essenciais, como a educação, que são exploradas por particulares sem regime de delegação, e há serviços totalmente dispensáveis, a exemplo das loterias, que são prestados pelo Estado como serviço público.

Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo. **Direito administrativo**.
13.^a ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens que seguem, acerca dos serviços públicos.

- 81** A Constituição Federal não traz expresso, em seu texto, o conceito de serviço público, nem tampouco as leis o fazem, no Brasil. Assim, a conceituação do serviço público deve ser buscada na doutrina.
- 82** Segundo a corrente doutrinária conhecida como essencialista, não é possível identificar um núcleo relativo à natureza da atividade que leve à classificação de uma atividade como serviço público.

- 83** O DF deve prestar os serviços públicos previstos como de competência dos estados e dos municípios, cumulativamente.
- 84** No exercício da fiscalização e do controle dos serviços públicos prestados por concessionários e permissionários, a administração pública terá acesso aos dados relativos a administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros das permissionárias e concessionárias.

A respeito do domínio e dos bens públicos, julgue os itens a seguir.

- 85** Domínio público é um conceito mais extenso que o de propriedade, pois ele inclui bens que não pertencem ao poder público.
- 86** São bens públicos tanto as águas correntes, como os rios e riachos, quanto as dormentes, como as lagoas e os reservatórios construídos pelo poder público. As lagoas que não sejam alimentadas por correntes públicas, ainda que situadas ou cercadas por um só prédio particular, permanecem no domínio público.
- 87** A utilização da linha de jundu como critério para demarcar os terrenos de marinha é uma prática que atende à legalidade estrita no processo de gestão dos bens públicos.
- 88** Entre os bens do domínio terrestre do solo, estão as terras devolutas, os terrenos de marinha, os terrenos marginais, os terrenos acrescidos e as ilhas. Além desses bens, há outros, arrolados pela Constituição Federal como bens da União, como os sítios arqueológicos e pré-históricos, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e as cavidades naturais (cavernas) subterrâneas.

Text for items from 89 through 100.

Law of public biddings

1 According to the Brazilian Federal Constitution, article 37, item XXI: “With the exception of the cases specified in law,
public works, services, purchases and disposals shall be contracted by public bidding proceedings that ensure equal conditions
to all bidders, with clauses that establish payment obligations, maintaining the effective conditions of the bid, as the law provides,
4 which shall only allow the requirements of technical and economic qualifications indispensable to guarantee the fulfilling of the
obligations.” The regulatory law is Law Number 8666, 21st June, 1993.

7 The Law forbids preference to or differential treatment between Brazilian and foreign companies. However, when local
and foreign competitors offer equivalent conditions in terms of price, quality and delivery time, the law ensures preference for:
goods produced or supplied by a Brazilian firm of national capital; locally produced; and produced or supplied by Brazilian firms.
The comments below are a very superficial highlight of some important topics of the law.

10 • Article 1 mentions the entities subject to the law: all the three branches; all the three levels of government (Federal, State,
and Municipal); all agencies and foundations; all public companies, including those with private participation (this means that
big businesses like PETROBRAS, Banco do Brasil and others are subject to the law).

13 • Article 3 mentions that the nationality of the bidders will be considered only as a tie-breaking criterion: otherwise,
Brazilian and foreign companies compete equally. Also, article 3 states that all the bidding process is open to the public, except,
of course, for the value of bidding while not disclosed.

16 • Article 4: all bids are in national currency, except in the cases prescribed in article 42 (international purchases).

• Article 24 states the situations where bidding is not mandatory. Some examples: purchases of small value (as defined
by law); emergency situations which put people or premises in risk; when previous bidding processes had no bidders; to purchase
19 or rent specific buildings; several others.

• Article 25 states situations when a bidding process is not feasible. Examples: there is only one possible contractor for
a given product or service (electricity supply, for example); a professional is so outstandingly better than all the others that a
22 bidding competition would be meaningless.

• Article 45 states that, besides the price bid, technical factors may also define the winner.

Internet: <www.V-brazil.com/business> (adapted).

Based on the above text, judge the following items about biddings regulated by Law Number 8666, 21st June, 1993.

- 89 In a public bidding, all conditions being the same, Brazilian companies have preference over foreign ones if there is a tie.
- 90 Public companies are exempt from the bidding process.
- 91 Only bidders are allowed in all of the bidding process.
- 92 By no means shall any bids be expressed in foreign currency.
- 93 Contracts to deal with emergency situations may be awarded without a bidding process.
- 94 However low a price bid may be, it still may not be the winner if technical factors are not up to standards.
- 95 The Portuguese word for public biddings is **alienações**.

In the text,

- 96 “shall” (l.2) can be correctly replaced by **might**.
- 97 “those” (l.11) refers to “public companies” (l.11).
- 98 “others” (l.12) stands for **other big businesses**.
- 99 “premises” (l.18) means **the building and land that a business or organization uses**.
- 100 “besides” (l.23) can be correctly replaced by **in addition to**.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova — que vale **vinte** pontos, sendo **dez** pontos para cada questão —, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **vinte** linhas será desconsiderado.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da página correspondente à capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

O Hospital Benjamin Peixoto S.A. é uma sociedade de economia mista, de âmbito federal, que tem como administradores responsáveis o diretor-superintendente, o diretor administrativo-financeiro e o diretor de operações. Além da diretoria, o hospital conta com o conselho de administração e o conselho fiscal.

Nas fiscalizações das contas do hospital, realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2006, foram detectadas diversas impropriedades e ilegalidades.

Dessa forma, o TCU, no exercício de suas atribuições, e considerando as manifestações do controle interno em seu relatório de auditoria, sabendo que o órgão não tomou as providências devidas, determinou a instauração de processo de tomada de contas especial, acerca das irregularidades na gestão do hospital.

Durante o processo de verificação das contas, com pronunciamento do Ministério Público junto ao TCU, após a realização de diligências para esclarecimento de dúvidas e pesquisas diversas, foram assegurados aos réus o contraditório e a ampla defesa.

Decorrido o tempo necessário à análise dos fatos, os ministros da 2.^a Câmara do TCU, diante do relatório do ministro relator acerca da prestação de contas do hospital supracitado e do parecer emitidos nos autos, constataram as seguintes irregularidades:

- 1 o hospital promoveu cessão de área da entidade hospitalar para funcionamento do Banco Industrial S.A., instituição financeira privada, para instalação do posto de atendimento ao hospital e a seus empregados, mediante contrato que previa a prestação de serviço gratuito por parte daquele banco ao hospital;
- 2 admissão de pessoal sem a prévia aprovação em concurso público.

Quanto aos membros dos conselhos de administração e fiscal, não restou comprovado que tivessem concorrido para o cometimento dos atos considerados irregulares.

Tendo em vista a situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que contemple os seguintes questionamentos e(ou) instruções:

- ▶ com relação ao item 1, qual a espécie e a natureza jurídica do contrato que deveria ter sido celebrado? Justifique sua resposta;
- ▶ a situação descrita no item 1 é típica de dispensabilidade, inexigibilidade ou exigibilidade do processo licitatório? Em qualquer dos casos, justifique sua resposta e mencione, se for o caso, a devida modalidade e o(s) princípio(s) norteador(es) desse processo;
- ▶ com relação ao item 2, comente o enfoque constitucional (art. 37, II) e a competência do TCU diante dessa situação;
- ▶ de acordo com o regimento interno do TCU ou sua lei orgânica, explicita como devem ser julgadas as contas dos referidos administradores do hospital, incluindo as dos membros dos conselhos; considere prazos e formas de cobrança, se for o caso.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Discorra de forma breve sobre as origens do Estado Federal e aponte suas características básicas, explicando cada uma delas.

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos